

a 17 de agosto de 1831; eis algumas informações, acrescidas do nome dos respectivos jornais, que se podem respigar no livro do Sr. José Teixeira de Oliveira. Ao lado disso, outros acontecimentos regionais mereceram igualmente acolhida entre os verbetes elaborados.

Embora considerando-se apenas organizador do "Dicionário Brasileiro de Datas Históricas", o Sr. José Teixeira de Oliveira foi mais além, porque, na realidade, realizou obra de mérito, onde os senões ou as falhas, porventura observadas em relação a essa ou aquela data, são supridas pela riqueza da documentação referente a cada verbete, obtida em fontes autorizadas, de autores que estudam o assunto tratando-o em seus menores aspectos. O que não deixa de ser — assinala-se também — outro mérito do livro.

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR.

RICARD (Robert). — *L' Islam noir à Bahia d'après les travaux de l'école ethnologique brésilienne*, in "HESPÉRIS" (Archives berbères et Bulletin de l'Institut des Hautes Etudes Marocaines), 1er-2e trimestres. Larose. Paris. 1948. 22 pp.

Depois da publicação, em francês, do livro de Nina Rodrigues sobre **O animismo fetichista dos negros da Bahia** e das duas memórias do Père Étienne, parece que a França pouco tem ouvido falar dos problemas afro-brasileiros. Devemos, pois, manifestar nosso agradecimento ao sr. R. Ricard pelo estudo recente que acaba de publicar sobre a influência do Islão na Bahia, vista através das obras das melhores autoridades brasileiras sobre a questão.

Sua bibliografia é excelente. Somente um texto importante não foi citado; mas como este, até agora, parece ter escapado à maioria dos estudiosos, não podemos recriminar a R. Ricard não conhecê-lo: é o artigo de Protasius Frikel na revista franciscana da Bahia, **Santo Antônio, XVIII-XIX, 1940-41**, "Die Seelenlehre der Gêge und Nagô". A ele voltaremos mais tarde. O livro de Luis Vianna Filho, **O Negro na Bahia**, que o autor lamenta não ter encontrado, não lhe seria de grande utilidade: aí acharia apenas a notícia de que, desde o século XVI, negros da "costa da Mina" chegaram à Bahia, podendo provavelmente ser incluídos no número dos negros islâmicos. (1)

A crítica dos dados do **Annuaire du Monde Musulman, 1933**, para a América, é das mais justificadas. Talvez tenha havido outrora 25.000 escravos muçulmanos, mas não sei como foi possível calcular este número, pois os brancos não se interessavam por seus escravos senão na medida

(1) — A bibliografia não compreende senão os textos principais dos etnógrafos brasileiros. Evidentemente poderia ser completada pelos testemunhos dos viajantes. Quero citar entre outros FRANCIS DE CASTELNAU, **Renseignements sur l'Afrique Centrale et sur une nation d'hommes à queue qui s'y trouvait, d'après le rapport des nègres du Soudan, esclaves à Bahia**, Paris, Bertrand, 1851, em que se encontram numerosas notícias sobre os negros islâmicos da Bahia, muitos dos quais trazendo os nomes de Mohammah, Mehemet, Mahannad, Mehamed, etc; havia alguns marabús, sendo que um queria até converter Castelnau! — Para a nota bibliográfica 2 da pg. 8, sobre G. FREYRE, talvez seja bom assinalar que este último utilizou provavelmente, sem citar a fonte, para a afirmação que faz, uma carta importante de GOBINEAU, então Embaixador da França no Brasil, sobre o relêvo da religião muçulmana no Rio, carta que pode ser lida em G. RAEDERS, **Le Comte de Gobineau au Brésil**, Paris, Societ, 1934, pg. 75-6.

em que estes lhes forneciam mão de obra útil, e nunca como adeptos desta ou daquela religião. João do Rio confirma, para o Rio, a não existência de mesquitas (2), e o inquérito que levei a efeito em S. Paulo, a respeito de uma pretensa mesquita existente nesta cidade, revelada por Sud Menucci de acôrdo com as referências de um negro (3), teve resultado negativo. Como diz muito bem R. Ricard, "a palavra *machachali* designava simples oratórios". Em 1883, na festa de Maomé, celebrada pela Igreja positivista do Rio, alguns muçulmanos apareceram, mas não sabemos se eram negros ou brancos. Somente depois da chegada de imigrantes sírios é que se pode falar de um culto maometano organizado no Brasil, isto é, desde 1889 (4). Atualmente o número oficial dos fiéis muçulmanos se eleva somente a 3.053, quase todos homens, como é de regra nos movimentos migratórios (5).

R. Ricard nota desde o início do seu estudo que só se pode falar de Islão negro no Brasil em termos lo passado. Servindo-se de descrições de Nina Rodrigues, de Manuel Querino, de Père Ignace Etienne e de Arthur Ramos, o autor traça um quadro, tão completo quanto possível, do que foi a antiga civilização islâmica na Bahia. Não esperemos encontrar nada de novo, pois trata-se apenas de tornar os franceses conhecedores dos resultados das buscas aqui realizadas por brasileiros. Todavia, a contribuição do autor é importante, primeiramente pelo exame crítico dos dados recolhidos (e ninguém mais indicado para isto do que o ilustre historiador da África do Norte), em seguida pelos comentários de Luis di Giacomo, estudioso do árabe, sobre os termos empregados pelos autores brasileiros e sobre as orações do Corão citadas por estes, dos quais estabelece o teor original.

Só num ponto deve o quadro ser completado, naquêlê que se refere ao culto dos mortos. R. Ricard não está de acôrdo em que a festa dos mortos de Penedo (Alagoas), descrita por Melo Moraes Filho e na qual Arthur Ramos nota, seguindo Nina Rodrigues, uma influência muçulmana, seja de origem islâmica: "pode ser um rito malê, de origem não islâmica". Ora, justamente o que se dá é que, se excetuarmos apenas uma pequena minoria, a religião muçulmana aqui nunca foi pura, chegou já carregada de sobrevivências fetichistas e, espalhando-se entre os escravos, ainda mais se adulterou. O que, nesta festa de mortos, faz supôr uma influência muçulmana, é logo de início o uso de vestimentas brancas — é em seguida o lugar ocupado pelo jejum e pela proibição de bebidas alcoólicas na primeira parte da cerimônia, em oposição com o gôsto dos negros fetichistas pela cachaça. Ainda há mais. A Baía não foi a única cidade em que a influência muçulmana se mostrou forte. No Rio, existiam dois cultos, o dos orichás e o dos Alufás. O mesmo se dava em Alagoas, onde (como mostram recortes de jornais transcritos por A. Ramos), existia de um lado o Xangô e do outro o culto Malê da Tia Marcelina. Como se vê, a religião muçulmana estava já inteiramente imbrincada à dos yoruba, pois o culto era dirigido por uma mulher; se, além disso, a polícia descobriu um Ali-babá, era um fetiche, uma estátua de criança; e, ainda, se arabescos decoravam o templo; existiam ao lado deles pegi para Ogum ou Xangô. (6)

(2) — JOÃO DO RIO, *As religiões do Rio*, Rio, 1904, c. "O Natal dos Africanos" (*Kosmos*, dezembro — 1904).

(3) — SUD MENUCCI, *O precursor da abolicionismo no Brasil*, S. Paulo, Brasileira, 119, 1936, pg. 117, em nota.

(4) — JOSE CARLOS RODRIGUES, *Religiões acatólicas*.

(5) — *Anuário Estatístico do Brasil*, VIII, 1947, pg. 40.

(6) — A. RAMOS, *O Negro Brasileiro*, 2.ª ed., S. Paulo, C. E. N. Brasileira 188, 1940 — Este livro não vem citado na bibliografia de R. Ricard e, sem dúvida, a maior parte de seus elementos é encontrada também na *Introdução à Antropologia Brasileira*, consultada pelo autor, mas possui também outros elementos, particularmente sobre a seita muçulmana de Alagoas (pg. 90-91). Um dos cânticos desta seita é o seguinte:
Edurê, edurê, allala.

Se alguma cousa resta ainda do culto muçulmano no Brasil, apesar das muitas deturpações, é justamente na Bahia o culto das Almas dos Mortos. Neste ponto, o trabalho de Protasius Frikel, ignorado por R. Ricard, é dos mais preciosos. Os Nagô e os Gêge não trabalham com Espíritos dos Mortos, "quem chama os Espíritos dos Mortos são os mussurumim e os malê" (p. 203); "sòmente os mussurumim possuem uma Casa das Almas"; mas hoje, "os malê morreram todos"; "gunocô voltou para a África... fala no vento, mas ninguém mais o compreende agora" (p. 204). De fato, este culto dos Mortos perdura nalguns cantos, como em Mar Grande, na ilha de Itaparica, ou em Matatú Grande, e este culto está entre as mãos de uma sociedade secreta, chamada justamente ainda hoje dos Mussurumim. E' verdade que também aqui é muito difícil distinguir o que vem mesmo do Islão e o que provém das sobrevivências fetichistas de negros islâmicos: seria necessário, para este trabalho, alguém que fôsse estudioso de árabe. Anoto, todavia, no correr do artigo, o que parece incontestavelmente provir do Islão:

1 — o termo **gunocô** para designar os mortos, ao lado do termo yoruba **Egum**. **Gunocô** é um termo tapa ou nupê (Nifê), pertencente, pois, a uma tribo de negros islâmicos;

2 — na cerimônia do chamamento dos Antepassados (inchã), faz-se um círculo com a anagua; ora, segundo J. Ribeiro, anagua é um termo de origem árabe; (8)

3 — o nome da cabana em que se celebra a cerimônia é Ilé-sahim;

4 — as mulheres não podem tomar parte na cerimônia e, muito menos, dirigi-la;

5 — este chamamento dos Antepassados se liga, segundo P. Frikel, às cerimônias mortuárias dos antigos muçulmanos da Bahia, que mandavam aos correligionários agonisantes os diretores de suas associações, para consolá-los e fortificá-los (p. 207, em nota).

6 — este culto, finalmente, é apanágio do **oluô**, que é sempre um homem, estando, por conseguinte, o culto dos mortos ligado à adivinhação de Ifá: "Um pai de santo não pode ser oluô ou trabalhar com os mortos — Ifá pertence aos mussurumi". O que prova que na Bahia os negros continuam sempre conscientes de que o processo de adivinhar pelo colar de Ifá é de origem muçulmana, embora tenha passado aos Yoruba e aos Dahomeanos, confirmando com suas tradições os resultados dos etnógrafos africanos (9).

Assim a influência muçulmana no Brasil e, particularmente, na Bahia, se não nos limitarmos a procurá-la em estado de inteira pureza, continua sempre forte, mesmo sem referência à magia das **mandingas**. R. Ricard cita, todavia, segundo Edison Carneiro, dois cânticos a Alá, recolhidos na Bahia. Posso acrescentar que encontrei também na Bahia o termo de **Ala** para designar o véu branco que serve nas cerimônias de iniciação, para a entrada das novas **yaô** (termo que encontrei também no batuque de Porto-Alegre para nomear o véu branco que envolve o tambor sagrado). Poderíamos juntar a estes fatos, continuando sempre na Bahia, uma vez que nesse autor se limitou a esta cidade, a influência do Islão na mitologia negra, como se depreende do texto escrito sobre a origem dos deuses africanos, pelo negro

(7) — Uma descrição mais desenvolvida do que a de Protasius Frikel é encontrada em JOSE LIMA, *Folklore Bahiano*, sem indicação nem de data nem de edição, p. 5-14.

(8) — J. RIBEIRO, *O Elemento negro*, Rio, Record, s. d., p. 150-2.

(9) — B. MAUPOIL, *La géomancie à l'ancienne Côte des Esclaves*, Paris, 1943. e R. TRAUTMANN, *La divination à la Côte des Esclaves et à Madagascar*, Larose, Paris, 1939. Foram os maometanos que levaram a Madagascar os processos divinatórios que lá são praticados e que são muito próximos dos Yoruba-Dahomeanos.

Manuel Vitorino dos Santos: Mussulumin ai aparece como o herói civilizador dos negros (10). Por outro lado, não acho que se possa atribuir, como pretende R. Ricard, a ligação de Oxalá com a sexta-feira a uma influência muçulmana, e sim antes a uma influência cristã. Oxalá é por toda a parte, no Brasil, identificado com o Cristo, e o Cristo verdadeiro da Bahia é o do Bomfim, que é o Cristo na Cruz; Jesús nela morreu numa sexta-feira. Em outros lugares, Oxalá é adorado no domingo, dia da missa.

Acrescentemos, para esclarecer o texto de R. Ricard, na pg. 6: "Devemos notar, porém, que segundo Donald Pierson subsistem no Brasil três pequenas comunidades negro-muçulmanas. O autor, todavia, se exprime, sobre esse ponto, em termos prudentemente hipotéticos", que se pode ir mais longe do que a hipótese:

1 — Os negros da Bahia reconhecem que, se existe sempre uma *linha* mussurumi (isto é, um tipo de cânticos), não existe mais "nação" muçulmana. Por conseguinte, as seitas muçulmanas que poderíamos encontrar na Bahia seriam *candomblés nagô*, talvez com algumas variações (infelizmente não foram estudadas até o presente), assim como os filhos do Dahomey, na Bahia, seguem, com algumas diferenças, o rito nagô.

2 — Existe uma seita mussurumi na Bahia, oficialmente registrada na polícia, a de Pedro Manuel do Espírito Santo, na Liberdade. Aydano de Couto Ferraz fala de um *candomblé* mussurumi na rua Oriental do Japão. Seria o mesmo, que talvez tenha se mudado? Talvez não, pois ainda há pouco tempo Edison Carneiro indicava sempre para a seita mussurumi a estrada da Liberdade. Teríamos assim ad menos duas seitas muçulmanas, que provavelmente não têm de islâmico senão o nome e alguns raros traços culturais.

3 — Uma vez que, como indicamos, o culto de Ifa se liga ao Islão por intermédio da geomância, há probabilidade de que possamos encontrar no mundo dos *oluô* o título de mussurumi; com efeito, a opinião pública dava este mesmo título ao *oluô* Felisberto Salge.

ROGER BASTIDE.

ELLIS JÚNIOR (Alfredo). — *Um Parlamentar Paulista da República*. Boletim CII — História da Civilização Brasileira n. 9, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Gráfica Bentivegna. São Paulo (1949). 495 pp.

"Um Parlamentar Paulista da República" é o título que o Prof. Alfredo Ellis Junior deu à biografia que traçou de seu ilustre progenitor, Alfredo Ellis, por ocasião do centenário de seu nascimento, que teve lugar em São Paulo, a 19 de março de 1850.

Jovem ainda, apenas concluídos os primeiros estudos, na provinciana Pauliceia de então, parte o futuro senador da República para os Estados Unidos

(10) — MANUEL VITORINO DOS SANTOS, "O mundo religioso do negro da Bahia", "in" *O Negro no Brasil*, Rio, 1940, p. 243 e segs.

(11) — ARTHUR RAMOS, "O negro Brasileiro", o. c. p. 82, em nota — EDISON CARNEIRO, *Candomblés da Bahia*, Museu do Estado, 8, Bahia, 1948, p. 27 e 28 (sem conhecer o artigo de P. Frikel, E. Carneiro sentiu muito bem a influência muçulmana nos ritos mortuários negros; vê sobre isso, do mesmo autor, "Uma revisão na etnografia religiosa afro-brasileira, in "O Negro no Brasil", p. 63). AYDANO DE COUTO FERRAZ, "As culturas negras no Novo mundo", *Boletim d'Artes*, 3, 1938, p. 340.